

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ata nº 6

Aos 16 dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, pelas dezassete horas, reuniu-se, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça 5 de Outubro em Cascais, o conselho municipal de educação, presidido, nos termos do número um, alínea a), do artigo 5º, do decreto-lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, pelo Sr. Presidente da Câmara de Cascais, Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal – apresentação do relatório da fase III – Diagnóstico Estratégico;
3. Informações/Outros assuntos.

Ponto 1. O Sr. Presidente deu início aos trabalhos apresentando as boas vindas aos conselheiros e colocando a aprovação a ata da reunião anterior do Conselho Municipal de Educação, previamente distribuída, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Ponto 2. O Sr. Presidente passou a palavra ao Professor Rui Oliveira, coordenador da equipa do Instituto Superior Técnico responsável pela elaboração da Carta Educativa e do Plano Estratégico Educativo Municipal, para apresentar o relatório da fase III – Diagnóstico Estratégico.

O Prof. Rui Oliveira disse que a equipa iria proceder a uma muito sintética apresentação do relatório, previamente distribuído aos conselheiros.

Começou a apresentação referindo que o relatório está organizado em quatro partes uma primeira voltada para a caracterização e evolução recente do sistema educativo do município de Cascais, uma segunda parte que trata de uma cenarização prospetiva num horizonte a 10 anos, a parte três que engloba aquilo que são contributos para a elaboração do plano estratégico e finalmente uma parte 4, onde se procura sintetizar os elementos de diagnóstico recolhidos durante esta fase de realização do trabalho.

Relativamente à Parte I – Caracterização e evolução recente do sistema educativo do município de Cascais, o Prof. Rui Oliveira referiu que, entre as várias temáticas abordadas compreende: a caracterização da rede escolar, dos equipamentos públicos, no que diz respeito às suas características, à sua tipologia, às suas capacidades às suas taxas de utilização e ao seu estado de conservação; a caracterização das ofertas

educativas dos diferentes agrupamentos, o que oferecem em termos de formação dos alunos; a análise das populações escolares, o que foi a sua evolução no tempo e também alguns indicadores de desempenho; as áreas de apoio à família e de ação social escolar e transporte escolar; finalmente uma breve caracterização da oferta de ensino superior no concelho de Cascais. Dos elementos da parte I destacou que a rede escolar reflete uma realidade do concelho onde há marcantes contrastes e assimetrias espaciais, sublinhando que o concelho de Cascais apresenta taxas de escolarização francamente elevadas, tipicamente acima dos 100% desde os 5 até aos 15 anos de idade o que é uma indicação muito segura que as escolas do concelho conseguem atrair alunos de outros concelhos. Notou, ainda assim, que a partir dos 15 anos as taxas de escolarização caem de modo muito significativo. Relativamente à organização da rede de escolas públicas, referiu que uma coisa que podemos desde logo identificar é que, a organização dos agrupamentos escolares, não reflete uma lógica territorial, existem descontinuidades e desequilíbrios vários nos agrupamentos escolares. Disse também que, se olharmos para o que são as capacidades, em termos puramente quantitativos, da rede pública e o que tem sido a procura de ensino é possível detetar que há folgas no concelho, variando as taxas de ocupação entre um mínimo de 67% em Alvide e um máximo, a rondar os 100% em Carcavelos. A este propósito sublinhou que o fenómeno de ocupação da capacidade instalada, não tem apresentação uniforme ao nível do concelho, existindo fortes contrastes entre os agrupamentos no que diz respeito a este aspeto, da ocupação das escolas, que poderá refletir também a atratividade das escolas. Olhando para a evolução do número de alunos ao longo dos últimos cinco anos relatou que se pode verificar que há quebras de frequência ao nível dos primeiro e segundo ciclos que, numa onda progressiva, não deixarão de vir a afetar, a manterem-se estas tendências, o terceiro ciclo e o secundário, embora ao nível do secundário até se tenha verificado um crescimento, talvez fruto do efeito do alargamento da escolaridade obrigatória. Considerou também que, resulta do diagnóstico relativo às ofertas educativas a existência de algumas debilidades na oferta no que diz respeito à vertente profissional, nomeadamente no que se refere à fraca diferenciação das ofertas entre os diversos agrupamentos, havendo casos de sobreposição com alguma expressão, como acontece com o Curso Profissional de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva, que é oferecido em quatro escolas. A análise do desempenho escolar, revela também fortes contrastes entre os agrupamentos no que respeita às taxas de retenção e desistência, no período de 2008 a 2015, verificamos que há efetivamente contrastes muito sérios no que diz respeito ao desempenho escolar expresso em termos da taxa de retenção e desistência, desde o quarto ano até ao décimo segundo ano, em particular, se quiserem, Alcabideche, sistematicamente, é o décimo segundo do ranking neste indicador, Alvide também surge com frequência numa posição menos favorável, há outros agrupamentos, nomeadamente, Parede, que até ao secundário têm um desempenho mais interessante, ou Ibn Mucana, só para referir alguns. Outro aspeto, que também vale a pena sublinhar, referiu, é que se compararmos Cascais, globalmente, com outras realidades geográficas mais ou menos próximas, o desempenho global das escolas de Cascais, em termos deste indicador, taxas de retenção e desistência, fica claramente acima da média nacional, da Área Metropolitana de Lisboa e mesmo dos concelhos limítrofes, de Oeiras e Sintra. No que

diz respeito às provas finais e exames nacionais, o desempenho de Cascais volta a ser francamente positivo, nomeadamente, referiu, se fizermos uma comparação com a realidade nacional, as médias de Cascais estão sistematicamente acima das médias nacionais tendo-se constatado que se, globalmente, Cascais tem um desempenho acima das médias nacionais, nas escolas públicas isso já não ocorre, estando abaixo dessas médias pelo que, o desempenho global de Cascais é “puxado” pelo desempenho das escolas privadas que elevam os resultados de um modo significativo. No que respeita à parte II do relatório, o Prof. Rui Oliveira disse ser a parte onde se procura olhar para o futuro traçando alguns cenários relativamente ao que poderão ser as perspetivas futuras de procura de ensino no concelho de Cascais. Essa análise, baseada em projeções demográficas, foi feita com base num modelo clássico, de “cohort survival”, tendo-se construído três cenários de análise: um, a que se chamou, cenário conservador, que corresponde basicamente a pensarmos na população de Cascais, tal como ela existe hoje, sem considerar fenómenos migratórios, apenas com base num crescimento natural, nesse cenário, Cascais perderia cerca de 3,6% da sua população sendo esse um cenário, de algum modo, pessimista; do lado otimista, construiu-se um cenário agressivo que corresponde a admitir que, na próxima década, iríamos ter fenómenos migratórios semelhantes aos que observámos na década passada, nessas circunstâncias, a população de Cascais cresceria cerca de 22%; um terceiro cenário, o cenário base, que modera muito o efeito dos fenómenos migratórios, corresponderia a um crescimento moderado da população em Cascais, da ordem dos 8%, que se nos afigura bem mais provável em termos de realização. Estas projeções, se nos centrarmos na população em idade escolar conduzem a uma expectativa de redução da procura no pré-escolar e no primeiro ciclo, mas a algum aumento para os 2º e 3º Ciclo e Secundário, fruto de fenómenos migratórios que se observaram no passado onde, curiosamente, Cascais apresenta singularidades, nestas idades, que até poderão levar a algum crescimento, excetuando no caso do modelo conservador. Em resumo, até 2026, dir-se-ia que pode haver expectativas de crescimento ao nível do 2º e 3º Ciclos e Secundário e de reduções ao nível do 1º ciclo e do pré-escolar. Olhando em seguida para a capacidade instalada nas escolas, com as características da rede escolar de hoje, tendo em atenção a procura esperada no nosso cenário base, cenário intermédio, constatamos que teremos seguramente folgas de capacidade, particularmente ao nível do 1º ciclo e também, dos 2º e 3º Ciclos e Secundário, da ordem dos 1400 alunos, para 2026, estas folgas serão maiores no nosso cenário conservador, perspetiva muito pessimista, mas se formos para o cenário agressivo, já a situação se inverte e até teríamos carências de capacidade ao nível dos 2º e 3º Ciclos e Secundário. Resulta da análise que pode ser imprudente pensar em soluções de redução da capacidade de oferta no concelho de Cascais, a estes níveis, até porque, sendo estes modelos de projeção, mesmo os cenários pouco prováveis poderão vir a ocorrer resultando em situações de carência de capacidade. Estas análises e outras, mais finas, a níveis geográficos bem mais pequenos do que o concelho são desenvolvidas no relatório. Saltando para a parte final do relatório, o Prof. Rui Oliveira, referiu que aí se apresentam os elementos sintéticos de diagnóstico, baseados numa análise SWOT bastante extensa que consta do relatório e destacou que o sistema educativo do Concelho é rico na sua diversidade, é dinâmico, é atraente,

capta alunos de outros âmbitos geográficos e portanto é um sistema educativo que tem aspetos que vale a pena reforçar, aspetos positivos, nomeadamente aquilo que tem a ver com a diversidade das ofertas educativas, Cascais é um dos concelhos do país, provavelmente apenas acompanhado por Lisboa e Porto, onde o setor privado tem um peso mais significativo, Cascais tem escolas públicas e privadas de referência e mesmo em termos daquilo que são experiências educativas inovadoras, tem bandeiras que pode levantar. Boa parte das instalações escolares, particularmente aquelas que estão sobre responsabilidade direta da Câmara Municipal, apresentam, de um modo geral, bastante boas condições, infelizmente o mesmo não sucede, referiu, relativamente às outras instalações na dependência do Ministério da Educação. Cascais, destacou ainda, tem reduzidas taxas de abandono escolar, bom desempenho nos resultados dos exames, tem também bons exemplos de articulação com recursos locais em domínios muito diversos, nomeadamente das necessidades educativas especiais. Existem vários casos de boas práticas de articulação entre as escolas e os agrupamentos e boa integração com as comunidades em que se inserem, com bons exemplos de envolvimento dos pais e das famílias na vivência escolar. No geral, continuou, podemos dizer que as escolas de Cascais têm um corpo docente qualificado, estável, dinâmico e em muitos casos empenhado embora também haja, obviamente, exceções, existem bons exemplos de liderança, capacidade de iniciativa e de mobilização de vontades por parte das direções das escolas em muitos agrupamentos, mas também muitos casos onde essa dinâmica é menos significativa e finalmente, existe um reconhecimento, por parte da comunidade educativa em geral, do papel que a Câmara Municipal de Cascais tem desempenhado, no seu empenhamento ativo, no seu dinamismo na sua capacidade de iniciativa, aspeto que é reconhecido e que inclusivamente esteve na base da assinatura do contrato interadministrativo de delegação de competências.

Referindo-se aos aspetos menos positivos realçou, as insuficiências e debilidades na vertente vocacional e profissionalizante, nomeadamente nos aspetos que se relacionam com a articulação com o mercado de trabalho, a existência de fortes desequilíbrios espaciais de oferta/procura, alguns casos agudos de debilidades de articulação escola/comunidade e de participação das famílias nas escolas e a incipiente visão estratégica patente em alguns Projetos Educativos. Identificou também a existência de limitações nos apoios a alunos com dificuldades de aprendizagem e com necessidades educativas especiais, apesar de também haver bons exemplos, debilidades na partilha de experiências entre os diversos agrupamentos, limitações ao nível na oferta pública do Ministério da Educação no que respeita à educação pré-escolar, a reduzida oferta de educação para adultos e formação ao longo da vida e o desequilíbrio entre a educação formal e o espaço para brincar, para recriar. Finalmente referiu também, a existência de problemas agudos no que diz respeito a algumas instalações escolares que estão claramente degradadas desatualizadas ou mal apetrechadas e que carecem de intervenção.

O Prof. Jorge Gonçalves cumprimentou os presentes e referiu que iria dar nota dos elementos mais marcantes, quer do documento, no que respeita ao Plano Estratégico Educativo Municipal, quer de alguns desenvolvimentos que entretanto aconteceram.

Relembrou que o Plano Estratégico decorre de uma “proposta” do contrato interadministrativo que solicita que a par da Carta Educativa seja desenvolvido um Plano Estratégico Educativo Municipal, documento que, até à data, tinha apenas alguma similitude com os Projetos Educativos Municipais mas não na forma de Plano Estratégico, acarretando essa ideia de estratégia uma dimensão, uma preocupação, que um projeto, por si só, não teria de ter. Para além da montagem de uma ideia de estratégia para o sistema educativo, o Plano Estratégico Educativo tem ainda de descer a uma operacionalização onde estejam, bem identificadas, as metas, as atividades, os recursos e a respetiva calendarização abrindo a possibilidade para que os agrupamentos de escolas cumpram a obrigatoriedade de ajustarem, num período determinado, os respetivos projetos educativos a esse Plano. A orientação que seguimos, continuou, foi a da menor interferência possível centrando-se os esforços na recolha de todos os contributos, todas as sensibilidades existentes no Concelho. Nesse sentido, para além do material resultante das duas rondas de workshops, das duas rondas de entrevistas e dos questionários, recolhemos diversa informação sobre projetos e programas que já estão em curso, tendo sido elencados problemas, oportunidades e recursos numa perspetiva de definição das principais linhas de ação para o futuro. Trabalhámos ainda, continuou, o material recolhido, no sentido de identificar o que, em termos concelhios, seria desejável enquanto perfil do aluno, entendendo as limitações que um sistema educativo municipal tem na definição daquilo que pode ser o perfil do aluno mas valorizando o potencial dessa ideia para a construção de uma estratégia educativa municipal. Este trabalho, ainda muito no início, mas que nos levará às tais metas, às tais linhas de ação, conduziu-nos, até ao momento, a três orientações principais que sintetizámos nas ideias de uma escola para o sucesso, uma escola para a vida e uma escola para a comunidade. Referiu também que os problemas e as preocupações não entram diretamente na construção do Plano Estratégico, mas este tem garantir que lhes dá resposta pelo que se terá sempre de averiguar se as propostas apresentadas os cobrem na sua totalidade. Finalmente, referiu que, resultante também do contrato interadministrativo, existe no documento a preocupação com o desenvolvimento de componentes locais do currículo, não necessariamente o currículo formal, mas de algo a ser trabalhado, nas escolas, ou no concelho, através de várias modalidades, nessa perspetiva correspondendo a algumas das preocupações identificadas, apresentamos um conjunto de pistas sintetizadas nas ideias de ser saudável, ser empreendedor, ser criativo, ser cidadão, ser solidário e ser Cascalense ser global, que de alguma forma achamos que permitirão o desenvolvimento de um trabalho interessante nos vários patamares do sistema educativo.

O Sr. Presidente antes de passar a palavra ao conselho, para se pronunciar, agradeceu à equipa o trabalho que considerou bem elaborado e constitui um diagnóstico bastante fundamentado que resultará em pistas para a tomada de decisões pelo que apelou a todos os senhores conselheiros para que, nesta fase, procurassem aprofundar, o mais possível, a análise do documento que, como todos os diagnósticos, constitui uma fotografia que tem por base os elementos que foi possível recolher. Esta é a fotografia, continuou, que nos caberá a todos nós, responsáveis mais diretos,

menos diretos, mais presentes, de forma menos presente mas que nos levará a nós a ter que fazer um conjunto de reflexões de como é que mudamos desta fotografia para uma fotografia melhor, não sendo esta propriamente uma fotografia feia, mas obviamente percebendo que temos aqui caminhos para melhorar e isso dará origem ao Plano Estratégico que, desejamos, terá o contributo de todos nós, no sentido de chegarmos a algo, quando o viermos a aprovar, em que todos tenhamos a capacidade de nos refletir. Há aqui matérias em que a Câmara necessariamente tem e quer continuar a ter protagonismo, aconselhando, dando apoio, desenvolvendo, ou seja, há matérias relacionadas com as instalações, onde a Câmara já tem vindo a atuar e que tem como objetivo continuar a atuar, porque, se for possível conciliar esse esforço com financiamentos vindos de outros orçamentos, melhor, mas há certas situações limite que também não nos permitem estar a adiar a solução, como é o caso, todos reconhecerão, da Polivalente, que tem uma situação provisória há 40 anos! Referiu ainda, estar a aguardar a conclusão do trabalho para poder começar a tomar decisões e encontrar caminhos sobre outros casos em concreto, mesmo que esses caminhos não se consigam concretizar de imediato, porque o importante, considerou, é que estejamos em “cima dos carris” para atingir os objetivos. Também do ponto de vista dos conteúdos, sabendo-se que nunca quisemos interferir, ou tivemos essa pretensão, a nível curricular e a nível pedagógico, revelou total abertura para, junto com a comunidade escolar, encontrar as áreas em que se entenda que podemos acrescentar algo mais na escola, aproveitando todos os recursos municipais para concorrer para bem do sistema de ensino público em Cascais. Disse ainda que pretende continuar o trabalho que se tem vindo a realizar, nomeadamente, na área do “saudável”, com vários programas a decorrer, aproveitando até alguns fatores que são distintivos pela positiva como o privilégio de Cascais ter sido bafejado por uma natureza muito generosa para além do aproveitamento de alguns outros skills, algumas outras competências que o município foi desenvolvendo ao longo de gerações e constituem ativos presentes no nosso território que seria um desperdício não poderem ser devidamente explorados pela comunidade escolar. Informou também que o município vai sofrer algumas transformações, nos próximos anos, com a entrada das universidades, ou pelo menos, com o reforço da oferta universitária que já existe no território, não só com a NOVA-SBE, que já está a ser construída, mas também, com a assinatura do protocolo com a Universidade de Maastricht, com a Universidade Católica e com o grupo Luz Saúde que conduzirá à disponibilização de cursos a nível das ciências da saúde envolvendo a Universidade Católica como primeira faculdade de medicina privada num regime que poderíamos dizer semipúblico, dado que a Católica tem essa particularidade. Anunciou também que, ao mesmo tempo, está para breve o estabelecimento de uma ligação à faculdade de medicina da Universidade Nova, NOVA Medical School, juntamente com um outro grupo privado também presente no Concelho, o Mello Saúde. Temos também a decorrer, continuou o Sr. Presidente, por via do âmbito universitário, a atração de um conjunto de empresas, de investimentos, para o concelho de Cascais, que necessitarão de mão-de-obra qualificada e portanto, é importante que o sistema de ensino se organize para aproveitar essas oportunidades. Nesse sentido informou também que acabou de negociar a vinda de uma multinacional para o Concelho que representará a disponibilização de 1000 postos de

trabalho em áreas especializadas, o que prova que existem um conjunto de fatores que são influenciados pela política municipal e que é preciso ter em conta na definição das estratégias para a educação, a nível local, não deixando de estar em linha com aquilo que é a estratégia nacional por parte do Ministério da Educação. Há um espaço muito grande para apostarmos na democracia colaborativa e todos nós colaborarmos para atingirmos os resultados que serão melhores do que aqueles que seriam atingidos se não colaborássemos. A terminar referiu estar muito empenhado e esperançoso em ter concluído o trabalho no mais curto espaço de tempo não prejudicando, obviamente, a qualidade do mesmo, até porque estão em curso outras ações, como a Carta Social ou o desenvolvimento da política de mobilidade que poderá trazer grandes “apports” na componente do transporte escolar e na democratização do acesso na perspectiva da mobilidade, estando reunidas as condições para, num curto espaço de tempo, estarem disponíveis um conjunto de documentos, que são documentos absolutamente fundamentais e estratégicos para perspetivar o futuro.

Pediua a palavra a conselheira Fernanda Gonçalves, representante das Juntas de Freguesia, que considerou o trabalho de pesquisa, sem dúvida nenhuma, bastante interessante, lamentando, no entanto, que os presidentes de junta não tenham sido ouvidos na pesquisa, porque são autarquias de proximidade das pessoas, sabem o que é que se passa mais propriamente nas suas áreas de atuação e não foram ouvidos.

O conselheiro José Batalha, representante das associações de pais e encarregados de educação, referiu que leu a totalidade do relatório e queria aproveitar para cumprimentar a equipa que o elaborou, dado que se trata de um diagnóstico muito exaustivo, lamentou, no entanto, que na parte final, quando se analisam as taxas de utilização dos equipamentos escolares, se utilizem dados do ano letivo 2014/15, porque seria possível à Câmara, através da Central de Matrículas, disponibilizar dados mais recentes e seria interessante ver as tendências. Referiu também ter havido algumas coisas que o chocaram, das quais já tinha intuitivamente a ideia mas que o relatório confirma, como o desempenho do concelho de Cascais, a nível de resultados dos exames ser superior à área metropolitana devido ao peso muito grande do ensino privado que tem resultados superiores á escola pública em grau significativo. A escola pública, no seu conjunto, em Cascais, tem piores resultados do que a Área Metropolitana de Lisboa e nomeadamente, os concelhos de Oeiras e Lisboa, sendo esse um ponto que, considerou, nos deve preocupar muito na construção do Plano Estratégico. Disse ainda, relativamente ao ensino profissional, que apesar de existirem cursos muito bons, como o curso de Mecatrónica, há cursos que deixam muito a desejar, em que os jovens não saem de lá devidamente qualificados, pelo que se deverá rever, também, o que deveremos fazer relativamente ao ensino profissional que lhe parece uma área essencial, até porque nem todos os jovens têm vocação para ir para o ensino universitário e portanto, o ensino profissional tem de ser uma aposta forte, mas tem de ser um ensino profissional a sério, muitos dos cursos profissionais que temos, reforçou, na sua opinião, são pura perda de tempo para os jovens que os frequentam.

O conselheiro Raúl Filipe, representante das instituições de ensino superior público referiu que tendo lido com particular atenção a parte que diz respeito ao ensino superior, considerava que, este tipo de relatórios, não devendo embelezar as coisas, também não deveria puxá-las para baixo, confessando sentir-se completamente chocado, eventualmente por a sua primeira formação ser de linguística, por, no relatório se referir “na ESHTe, os alunos ao nível das licenciaturas mantêm-se relativamente estagnado”. A palavra, estagnado, esclareceu, tem uma conotação negativa e seria importante explicar que a ESTHE só não tem mais alunos inscritos porque está no limite da sua capacidade e porque o Ministério do Ensino Superior não permite a abertura de mais vagas, sendo a procura atual cinco a seis vezes superior à capacidade da ESTHE que tem uma taxa de empregabilidade superior a 90%, o que a coloca entre as seis instituições do ensino superior com melhor índice nesta área. Terminou reforçando que é importante chamarmos pelas coisas boas que também temos no concelho.

O Sr. Presidente esclareceu, em relação à questão colocada pela Senhora representante das Juntas de Freguesia do Concelho, que os Presidentes de Junta foram englobados nos workshops que se realizaram especificamente para os autarcas tendo sido todos convidados a participar, enquanto autarcas, de qualquer modo, não houve, posteriormente, nenhum pedido específico para o fazer, no entanto, estamos sempre a tempo de poder receber os contributos que os senhores, neste caso os senhores e a senhora presidentes de junta queiram, ainda, aportar ao próprio processo, porque a lógica é que todo o processo seja o mais participado possível, para que possamos com essa participação recolher o maior número de contributos por via das experiências e competências de cada um. Do mesmo modo, referiu, estamos ainda bem a tempo de resolver a questão que o Professor Raúl Filipe colocou, de facto, o estagnado pode ser substituído por outras designações, eventualmente, estável, em vez de estagnado, até porque é uma realidade que eu também acompanho de perto, recordou, e é exatamente isso, tomara a escola não estar estagnada, a escola é a primeira a sofrer por via da estagnação que lhe impõem. No que respeita ao ensino profissional, chamou a atenção para as possibilidades que, a este nível, se abrem nas relações que se possam estabelecer com o ensino superior, seja no que respeita aos docentes, seja no que respeita aos alunos. Finalmente, ainda relativamente ao ensino profissional, referiu que funciona em Cascais uma excelente estrutura ligada ao Instituto de Emprego e de Formação Profissional, dotada de excelentes recursos e que é preciso articular, integrando e otimizando os variados recursos e respostas que existem dentro do Concelho pelo que assume ainda maior importância a definição do Plano Estratégico Educativo.

Pedi a palavra o Sr. Vereador com o Pelouro da Educação para, em complemento da intervenção do conselheiro José Batalha, dizer que na área do ensino profissional, para além do curso que referiu como exemplo temos vindo a trabalhar com a ANQUEP na criação de um sistema de antecipação de necessidades de qualificação, o SANQ, e que, de certo modo, já decorrente desse trabalho, foi lançado este ano, no agrupamento de escolas de Alvide o curso de Eletrónica Médica. Estamos também a trabalhar com o

agrupamento Frei Gonçalo de Azevedo para a abertura de um curso na área das indústrias aeronáuticas sendo que estas iniciativas demonstram que, no que respeita à Câmara, temos como sempre toda a disponibilidade vontade e parceria para criarmos no Concelho cursos que sejam diferenciadores e que, para além de serem diferenciadores, tenham uma empregabilidade próxima dos 100%. A terminar informou que, estando concluído o concurso, lançado pela Câmara, para a contratação de assistentes operacionais para as escolas, o que aconteceu depois da informação para o relatório ter sido recolhida, está desatualizada referência à existência de um reduzido número de operacionais nas escolas, neste momento o rácio é superior a 100%, pelo que a mesma deverá ser atualizada.

Pediu a palavra o Professor Rui Oliveira para agradecer às numerosíssimas pessoas que contribuíram para a realização do trabalho através da participação nos workshops e dos comentários e respostas ao inquéritos disponíveis online, reforçando que, para além do workshop específico para os eleitos, já referido, e porque importa, em qualquer instante, recolher os contributos que acharem relevantes, a Câmara de Cascais, mantém disponível, no seu site, um “link” para as questões ligadas à Carta Educativa e ao Plano Estratégico, onde está acessível um questionário estruturado pelo que serão sempre muito bem vindos, nesta altura ou em qualquer outra, os contributos que por esta ou outra forma que se considere mais oportuna cheguem à equipa. Agradeceu também que, não havendo espaço ou ocasião, no decorrer do Conselho Municipal, dos conselheiros se pronunciarem sobre algum aspeto do relatório, seja relativo à terminologia utilizada, seja quanto a outros aspetos, o virem a fazer posteriormente em qualquer altura que entendam mais oportuna. Finalmente observou que, relativamente á desatualização de dados, o IST só pode trabalhar com dados considerados oficiais e houve muita dificuldade para obter os elementos relativos a 2014/15, tendo esse facto atrasado a produção do relatório em alguns meses.

Pediu a palavra a conselheira Ana Sousa Uva, representante dos serviços públicos de saúde para se congratular pelo facto de, não sendo profissional da área da educação mas tendo tido o privilégio de estar em vários fóruns, em vários grupos, a representar a saúde no concelho de Cascais, assistir sistematicamente a um trabalho sério por parte da Câmara Municipal, realçando a preocupação sempre latente em traçar caminhos indo beber às academias do saber, pois, independentemente de todos estes trabalhos terem sempre aspetos com os quais podemos discordar, de podermos sempre introduzir melhorias, eles são importantíssimos pelo que espelham de preocupação com o rigor. Terminou apresentando os exemplos do Conselho Local da Ação Social onde está a ser feito o diagnóstico social e o da constituição do Fórum Concelhio de Promoção da Saúde com a colaboração da Escola Nacional de Saúde Pública.

Pediu a palavra o conselheiro José Loureiro, Diretor do agrupamento de escolas de São João do Estoril para se congratular com o trabalho, interessante e sério, desenvolvido pela equipa do Instituto Superior Técnico e discordar da opinião do conselheiro José Batalha relativamente aos cursos profissionais por considerar que estes cursos, no

concelho de Cascais, estão ao nível, acima porventura, dos de outros concelhos que conhece, resultando de um trabalho sério talvez pouco conhecido. Referiu também que as melhorias a implementar deveriam ser ao nível de uma maior articulação e de um maior apoio para que não existam as sobreposições que já anteriormente foram referenciadas.

O Sr. Presidente agradeceu as intervenções referindo que estamos ainda no início do caminho o que significa que, quando ficamos satisfeitos por termos atingido algo, acresce a responsabilidade para fazer ainda melhor mais à frente. Considerou também que o trabalho se tem vindo a realizar, dizendo-lhe a sua experiência profissional que os problemas nunca resultam da falta de competências, a grande questão é a falta de atitude e de facto, desde o princípio que a equipa para além das competências demonstrou essa atitude e está precisamente entrosada com aquilo que também são os objetivos da Câmara Municipal de Cascais ao desenvolver um projeto desta natureza.

Ponto 3. O Sr. Presidente informou que se está a fechar uma matéria muito importante para o Concelho e que significa o suprir de uma lacuna de há muitos anos, a nível dos cuidados continuados e dos cuidados paliativos. Foi possível, com o atual Ministério, negociar uma dotação de camas dentro da rede nacional de cuidados continuados e paliativos, há um compromisso para o futuro, o que se percebe porque nós, neste momento, não temos equipamento para receber, por parte do governo, de nos aumentar a dotação, até 500 camas. Estamos a seguir uma estratégia de disponibilizar, a grupos de operadores, instalações municipais, nomeadamente terrenos, para que possam cá construir essas unidades mediante a obrigação de reservarem 50% das novas ofertas para a rede nacional, o que significa que, se conseguirmos cumprir o nosso objetivo, teremos, no mínimo, 1000 camas, 500 na rede e 500 fora da rede, o que dá uma garantia, para quem está na rede, normalmente são situações sociais mais fragilizadas, de ter a mesma qualidade que é oferecida aqueles que estão fora da rede. Ao mesmo tempo, estamos a trabalhar, com alguns deles, no estabelecimento de uma componente pedagógica de formação de cuidadores a desenvolver em articulação com o ensino profissional público por forma a termos cuidadores para doentes com estas características que possam também prestar acompanhamento em casa das pessoas. Referiu ainda que, em 2018, Cascais será a Capital Europeia da Juventude e, ao mesmo tempo, acolherá o congresso das Cidades Educadoras o que cria um conjunto de oportunidades quer em termos de temáticas a serem desenvolvidas quer até, numa lógica de, a partir daqui, se poderem influenciar as próprias políticas europeias e o que se possa vir a desenvolver na Europa com que a maior parte de nós sonha e que a realidade parece estar cada vez mais a afastar. Esta será também uma oportunidade para trabalhar com os jovens em lógicas semelhantes às dos diversos programas de voluntariado que a Câmara Municipal de Cascais tem vindo a desenvolver e têm também como objetivo dotar os jovens de mais experiências porque ao obterem essas experiências poderão encontrar a sua vocação o que lhes dará um maior incentivo para o aprofundamento dos estudos.

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi dada por encerrada, tendo sido dela lavrada a presente ata que vai ser assinada pelos membros presentes e por mim que secretariei.

O Presidente da Câmara Municipal

O Presidente da Assembleia
Municipal

O Vereador com o pelouro da Educação

Representante das Juntas de Freguesia

Representante do Ministério da Educação e
Ciência

Diretora do Agrupamento de Escolas da Alapraia

Diretor do Agrupamento de Escolas de
Alcabideche

Diretor do Agrupamento de Escolas de Alvide

Diretor do Agrupamento de Escolas de
Carcavelos

Diretora Interina do Agrupamento de Escolas de
Cascais

Diretor do Agrupamento de Escolas da Cidadela

Diretor do Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo
de Azevedo

Diretora do Agrupamento de Escolas Ibn Mucana

Diretora do Agrupamento de Escolas Matilde
Rosa Araújo

Diretor do Agrupamento de Escolas de Parede

Diretor do Agrupamento de Escolas de São João
do Estoril

Diretor da Escola Salesiana de Manique

O representante das instituições de ensino
superior público

O representante das instituições de ensino
superior privado

O representante do pessoal docente do
ensino secundário público

O representante do pessoal docente do ensino básico público

O representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados

Os representantes das associações de pais e encarregados de educação

O representante das associações de estudantes

O representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvem atividade na área da educação

O representante dos serviços públicos de saúde

O representante dos serviços de segurança social

O representante do Centro de Emprego e Formação Profissional

O representante dos serviços públicos da área da juventude e desporto

O representante das forças de segurança

O Secretário
